

Câmara Municipal de Itaboraí, não deveria faltar com o
 nem opor-se ao executivo no que diz respeito à eletrificação do
 Município, quando o itaboraiense já estava unânime
 este benefício, benefício que já atingiu parte do Campo de
 Campo Grande, em demanda de Salgado e Moquiro. No
 mesmo sentido foram o vereador José Nunes Machado.
 O projeto de lei que dá o percentual do Imposto de Indústria
 e Profissões - parte variável - foi distribuído à Comissão de
 Finanças. Na ordem do dia anunciou o Sr. Presidente que
 iria por em discussão e votação o voto do executivo opor-
 to ao projeto de lei que fixa os novos Tarifos de energia
 elétrica e de outras providências. Em reunião secreta foi
 voto mantido por unanimidade. E nada mais honrando
 o tratar o Presidente encerrou a sessão marcando outra
 para o próximo dia dois de Fevereiro pelo ato honro-
 rando tomando a presente ata.

Aprovada por unanimidade. Ata dos atos
 da Câmara Municipal de Itaboraí, 2 de Fevereiro de
 1917.

Osom de S. Cavalcanti.

Presidente

José Baptista Freire

rel. ad-hoc

Ata da 2ª sessão do 1º reunião extraordinária da Câmara
 Municipal de Itaboraí, realizada pelos atos honrosos do dia dois de
 Fevereiro de 1917, às nove horas e cinquenta e sete. Presentes os vereadores
 Osom de S. Cavalcanti, Severino Rodrigues de Almeida, José Martins
 da Silva Filho, José Baptista Freire, José Nunes Machado, e o Sr.
 Presidente verificando número legal de vereadores declarou aberta a
 sessão mandando proceder a leitura da ata anterior que lida e
 achada conforme foi aprovada por unanimidade. Não houve
 matéria de expediente. Na ausência dos 1º e 2º secretários o Presi-
 dente convidou o vereador José Baptista Freire para funcionar como 3º
 secretário ad-hoc. Na ordem do dia estão em pauta para delib.

culadas e votadas o projeto aumento do executivo que dá o percentual do Im-
 posto de Indústria e Profissões - parte variável - aumento este que não paga
 face ao aumento solicitado pelo funcionalismo Municipal. Pediu a palavra
 o vereador Severino Rodrigues de Almeida para declarar que votava con-
 tra, visto não haver o envio o Conselho de Finanças para discutir o projeto,
 falou em seguida o vereador José Nunes Machado explicando que na sessão
 anterior os seus colegas integrantes do Conselho de Finanças, presentes aque-
 la sessão, tinham contribuído no sentido de não, haviam se desligado
 por não poderem por elaborar o parecer ao referido projeto e se o mesmo
 da Comissão não estava presente para examiná-lo não cabia a si a
 culpa. Ainda sobre o assunto teve várias considerações a respeito, fa-
 zendo em seguida a leitura do mesmo. O vereador Severino Rodrigues de Almeida
 quis falar ao Presidente se podia pedir o voto do projeto em
 favor por quanto o voto havia recebido resposta negativa, de uma vez
 que o mesmo já estava com o prazo esgotado e consequentemente prepu-
 tando o seu parecer. Submetido o assunto a votação foi aprovado por
 três votos a favor e um contra do vereador Severino Rodrigues de Almeida
 que solicitou ficasse contado em abeto o seu voto contra o abeto do projeto.
 Em seguida citou o vereador retinorale. A mesa recebeu do executivo
 um projeto de lei que "majora os impostos Predial, Territorial, Indus-
 tria e Profissões, Licença, de selos, e de outras providências. O vereador José
 Baptista Freire apresentou dois projetos de resolução: 1º que cria um
 representação para os vereadores e aumento a representação do imposto;
 2º que aumente o número dos funcionários da Câmara. Os projetos an-
 tigos foram encaminhados à Comissão de Finanças. E um parecer em
 favor para deliberar o Presidente encerrou a sessão, marcando outra
 para o dia quatro de Fevereiro pelo ato honro-
 rando tomando a presente ata.

Aprovada com pequena restrição do
 Vereador José Baptista Freire, que comarca a
 ata, repositiva.

Atas das Sessões da Câmara Municipal
 de Itaboraí, 2 de Fevereiro de 1917.

Ordem de S.ª Cavaleiranti. "4.º presidente"
 José de Oliveira Soares. "1.º secretário"

(Ata da 3.ª sessão da 4.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Itaboraí, realizada pelas oito horas da tarde de 14 de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e sete. Presentes os vereadores: Ordem de S.ª Cavaleiranti, José de Oliveira Soares, João Chastino da Silva Filho, João Batista Freire, José Amador Machado e os. Presidente verificando número legal de vereadores declarou aberta a sessão, mandando proceder a leitura da ata anterior que lida foi aprovada, solicitando porém o vereador João Batista Freire que na próxima ata se fizesse constar a seguinte emenda: que, quando na 1.ª sessão desta período extraordinário, o vereador Severino Rodrigues de Almeida sugere e por fim pediu voto do projeto de lei que altera o percentual do imposto de Indústria e Propriedade - parte urbana, deixou de atendê-lo o Presidente, esclarecendo que assim procedia porque o referido projeto de lei já havia sido introduzido na ordem no dia. O expediente contou uma carta-memoza do Agente Americano de Turismo. Na ordem do dia foi aprovado em 2.ª discussão o projeto de lei que altera o percentual do imposto de Indústria e Propriedade - parte urbana. Em 3.ª discussão e votação deram lugar vários projetos de lei apresentados e com um último artigo e como os mesmos, ainda não haviam recebido parecer, chegaram o vereador João Batista Freire, que o sessão por suspensão durante quinze minutos após de ser a Comissão de Finanças se reuniram neste sentido. O vereador José Amador solicitou dele explicação e logo resolve o papel dos Comissários de acordo com o Regimento Interno. Suspensa a sessão e depois do tempo estipulado reaberta, explicou o vereador José Amador Machado que a Comissão de Finanças pelo seus três membros remitiu com a chapeira do vereador Severino Rodrigues de Almeida, resolveram mandar uma reunião noturna para a próxima 15.ª noite quando seriam estudados os pareceres dos projetos em votação. Encerrando o Presidente que os seguintes projetos entrariam na ordem do dia na próxima

sessão. E como mais havendo a tribuna e nenhum vereador surgiu para uso da palavra, o Presidente encerrou a sessão marcando outra para o próximo dia 14 de Fevereiro no mesmo e quando houver a presença da

Aprova-se a repida Ata com as seguintes
 Sala da Sessão, Câmara Municipal de Itaboraí
 Em 14 de Fevereiro de 1957
 Ordem de S.ª Cavaleiranti. "Presidente"
 José de Oliveira Soares. "1.º secretário"

Ata da 4.ª sessão da 4.ª reunião extraordinária da Câmara Municipal de Itaboraí, realizada pelas oito horas da tarde de 14 de Fevereiro de mil novecentos e cinquenta e sete. Presentes os vereadores: Ordem de S.ª Cavaleiranti, José de Oliveira Soares, João Chastino da Silva Filho, João Batista Freire, José Amador Machado e os. Presidente verificando número legal de vereadores declarou aberta a sessão, mandando proceder a leitura da ata anterior, a lida e ainda conforme foi aprovada sem alteração. O expediente contou: ofício do Sr. Prefeito, acompanhado de dois projetos de lei, um que altera o Executivo Municipal a alterar um voto fixado de R\$ 400,00, anexo, pertencente ao patrimônio da Prefeitura, o outro que altera em crédito especial de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros) para fazer face ao pagamento do juros na operação de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico; projeto de lei do autor do vereador João Batista Freire que regulariza a cobrança do imposto de Indústria e Propriedade - parte urbana - e de outros precedentes na ordem do dia entraram em discussão e votação os projetos de lei que alteram na Comissão de Finanças. Como estes não se reuniram antes exigida o projeto regulamentar para os respectivos pareceres. O vereador José Amador Machado apresentou os tabelas referentes ao projeto de lei que altera os impostos Predial, Territorial, Industrial e Propriedade - parte urbana, de rebol, acompanhado de uma emenda nos seguintes termos: "fica alterado o art. 1.º no final quando se diz 1.º de Fevereiro de 1957, alterando-se conforme tabela anexa. Em seguida pediu-